

OAB apóia emenda de Cattete

E vê discriminação como obstáculo ao DF no Senado

"O eleitor de Brasília deveria escolher o Presidente da República e seus Senadores e Deputados Federais", declarou Assu Guimarães, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Distrito Federal, para demonstrar o seu apoio pessoal e o da instituição que preside, ao Projeto de Emenda Constitucional, apresentado na quarta-feira passada ao Congresso Nacional, pelo Senador Cattete Pinheiro. Segundo o projeto, o Distrito Federal elegerá três senadores, como qualquer Estado. Atualmente, para cuidar dos assuntos legislativos do DF, existe uma comissão do Senado Federal, formada por representantes de outras unidades da Federação.

"Talvez seja esse o primeiro patamar das conquistas do eleitorado brasileiro, que hoje ascende a mais de 300 mil cidadãos, ceifados do direito de voto", disse Assu Guimarães, referindo-se ao projeto. "Inobstante exista no Senado Federal a Comissão do DF, esta carece de autenticidade e de legitimidade para representar a população da Capital da República, uma vez que é constituída por congressistas, quando não "biônicos", eleitos através de votos de eleitores não residentes em Brasília". O presidente da OAB-DF utilizou como base para o cálculo do número de eleitores de Brasília o dado do número de aparelhos de televisão ligados na capital, que atinge a cerca de 140 mil, "significando a existência mínima de 140 mil famílias, em cada uma das quais havendo, pelo menos, dois eleitores".

"DISCRIMINAÇÃO ODIOSA"

O Projeto recebeu também o apoio de Pedro Teixeira, titular do Cartório de Protestos, que afirmou que "a marginalização dos eleitores de Brasília na escolha de políticos que possam representá-los é uma discriminação odiosa e um desprezo total a um povo que tem discernimento e reivindicações a fazer".

Segundo Pedro Teixeira, "não é crível que as aspirações brasilienses continuem a cair no vazio ou que sejam debatidas por quem não tem e não pode ter, por razões óbvias, a necessária sensibilidade para os problemas locais". O pensamento do presidente da OAB-DF é semelhante, quando afirma que, com a eleição dos representantes do Distrito Federal, "o cidadão teria próximo de si, para formular os seus reclamos, suas reivindicações e suas sugestões, o político por ele eleito".



Pedro Teixeira



Assu Guimarães

VOTO DIRETO E CANDIDATURA

Assu Guimarães, "democrata por excelência e adepto do princípio de que todo poder emana do povo", é favorável ao voto direto em todos os níveis, "desde a escolha do Presidente da República, até a dos Vereadores". Pedro Teixeira, no entanto, não é "a favor de eleição para toda e qualquer espécie de representação". Para ele, o cargo de Governador do Distrito Federal, por exemplo, "deve ser da livre escolha do Presidente da República, porque é um cargo de confiança".

Enquanto Assu Guimarães, admitida a hipótese de Brasília vir a ter representantes no Congresso, declarava não haver "nenhuma possibilidade de eu sair como candidato, porque não sou político", Pedro Teixeira, "embora não tenha militado ainda em área política", não descartou a viabilidade de sua candidatura, "já que não se trata de querer ser e sim de atender à confiança e ao eventual apoio do povo". Concluiu Pedro Teixeira, afirmando que "a obrigação de um bom cidadão é ter disponibilidade de serviço, dentro das suas possibilidades e do talento que Deus lhe deu".

"TIVE QUE IR PARA A PARAIBA"

Caso característico de brasiliense que se resente da falta de participação política, Paulo Xavier diz que teve que "buscar essa participação na Paraíba",

por onde vai concorrer a uma vaga na Câmara Federal, sob a legenda da Arena. Paulo disse que, se Brasília tivesse representação política, "não tenho dúvidas de que seria um dos candidatos". Ele mora aqui há vinte anos. "A gente se sente marginalizado, por circunstância e não por determinação". Para ele, "o brasileiro sofre demais" por não poder ter uma vivência política. "O próprio Governo Federal está interessado nessa participação popular". Embora dizendo que "a eleição indireta é tão legítima quanto a outra, porque é instituída por lei", Paulo Xavier disse que é "favorável à eleição direta em todos os níveis", e acrescentou que "ninguém pode ser omissa. É uma questão de responsabilidade social".

DEPOIS DE NOVEMBRO

Mesmo com a aprovação nos próximos dias da emenda constitucional do senador Cattete Pinheiro, estabelecendo a representação política do Distrito Federal, no Senado, os brasilienses não poderão eleger seus representantes no pleito de 15 de novembro, próximo uma vez que não existe tempo hábil nem para a inscrição de candidatos nem para a convocação do eleitorado.

A informação foi prestada ontem, no Rio de Janeiro, ao "Correio Braziliense", pelo próprio autor do projeto que prometeu estudar uma fórmula jurídico-constitucional no sentido de apressar o estabelecimento do pleito senatorial no Distrito Federal.

Para o senador Cattete Pinheiro, que reside em Brasília desde 1961, o estabelecimento de uma representação política no Senado para o Distrito Federal reflete as aspirações da população brasiliense. Adiantou o senador que a idéia de uma representação política para o DF nasceu em meios populares e ele como político sentiu a realidade e tornou a idéia em emenda à constituição.

Cattete Pinheiro disse que encontrou tanto na Câmara Federal como no Senado, uma ampla receptividade ao seu projeto, o que ele chamou de "situação animadora", estando apenas a espera de "compreensão" do Poder Executivo para conseguir a sua aprovação.

Segundo o senador, a classe empresarial do Distrito Federal, por unanimidade, apoia o seu projeto. Este tema - Representação Política - já foi por diversas vezes discutido pelos empresários brasilienses, tendo à frente o presidente da Associação Comercial, Lindberg Aziz Cury.